

Memória MPM – *A senhora é natural de onde?*

Marly Gueiros Leite – Sou carioca, natural do Rio de Janeiro. Minha mãe era também carioca. Meu pai era gaúcho, do bairro da Azenha, em Porto Alegre... Militar, chegou a general de brigada. Quase todos os homens da família eram militares, tanto por parte de mãe, quanto por pai. E eu, como mulher, acho que o destino me levou para a Justiça Militar... [risos]. Eu praticamente nasci dentro de um quartel, não é verdade? Meu pai era bem “gauchão”, tocava acordeão e todos nós cantávamos. Lutou na Segunda Guerra Mundial. Da Itália, trouxe um álbum de músicas napolitanas que nos serviam de inspiração; ele tocava e eu cantava...

Memória MPM – *Ah, ele participou da FEB?*

Marly Gueiros Leite – Sim, foi do 9º Batalhão de Engenharia. Tenho dois irmãos também militares, um já falecido.

Memória MPM – *Onde a senhora estudou?*

Marly Gueiros Leite – Estudei no Rio de Janeiro. O primário e o ginásial foram no Colégio Tijuca-Uruguai, que não existe mais. O Clássico, fiz no melhor colégio da época, de estilo americano, o Instituto Lafayette. Hoje em dia, é a Fundação Bradesco. Mas foi ali que formei toda minha estrutura literária; era um colégio maravilhoso! Aprendi até a falar latim, graças a um excelente professor, Carlos Alberto Portocarrero de Miranda, que, por ser advogado, despertou meu interesse para o Direito. Mas, desde garotinha, eu gostava de histórias de crime, como as da revista *X-9*, que seguia o gênero policial. Depois de formada, me especializei justamente em Direito Penal.

Entrei na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, na Rua do Catete, em 1952. Hoje está em escombros. Quando passo lá, sinto vontade de chorar. Aquilo foi um berço de cultura maravilhoso. Eu tive os maiores professores que você possa imaginar: Ary de Azevedo Franco, que foi ministro do STF; Benjamim Moraes, Afonso Arinos [de Melo e Franco], e por aí vai...

Memória MPM – *O Nelson Hungria era professor lá, não é?*

Marly Gueiros Leite – Sim; também me deu aulas no curso de doutorado, assim como o Roberto [Tavares de] Lyra... Eu era uma aluna aplicada. Conquistara a segunda colocação no vestibular. A prova não era de múltipla escolha, como hoje. Precisava redigir. Lembro que havia uma questão sobre a imprensa, outra sobre os versos de Camões, que precisavam ser analisados na perspectiva morfológica, na sintaxe, tudo!

Como tirava ótimas notas, no segundo ano do Direito, o professor de Direito Penal, Benjamim Moraes, convidou-me para ser sua assistente. Levei um susto: “Professor, como vou dar aula para meus próprios colegas?!”. Ele respondeu: “Se vira!”. Nunca me esqueci dessa frase. A partir daí, sempre “me virei”! Por dez anos fui assistente dele, da cadeira de Direito Penal. Adorava lecionar. Formei-me em 1957, fazendo, depois, dois anos de doutorado em Direito Penal Militar. Tratava-se de uma matéria nova, ainda pouco conhecida. Foi o destino que me conduziu para isso. Defendi a tese *Espionagem militar*.

Memória MPM – *E depois da tese?*

Marly Gueiros Leite – Emendei um concurso para a livre-docência, porque o meu foco, até então, era lecionar na Faculdade. Aí o tema da tese foi sobre a *Responsabilidade penal da mulher*. Em seguida, foi aberto o concurso para

HISTÓRIAS DE VIDA

a Justiça Militar. Eu estava com tudo fresquinho na cabeça, pois tinha acabado de sair do doutorado sobre o tema. Na época, a Justiça Militar no Brasil era pouco conhecida, porque se restringia apenas a julgar o acontecido nas casernas, nos quartéis, como casos de deserção, insubmissão e outros crimes especificamente militares. Ela só veio a ter mais relevância com o advento da contrarrevolução de 1964 – não chamo de revolução, não! Chamo de contrarrevolução, mesmo! Enfim, com a Lei de Segurança Nacional, aí sim a Justiça Militar veio à tona. Eu prestara o concurso um pouco antes. Vi, um dia, no Diário Oficial: “Concurso para promotor de Justiça Militar”. Pensei: “Ah, é aqui mesmo que eu vou!” [risos]. Não comentei com ninguém.

Memória MPM – *Isso foi em 1960?*

Marly Gueiros Leite – Tomei posse em setembro de 1964, mas fui nomeada antes, quando a validade de quatro anos estava quase expirando...

Memória MPM – *Foi seu primeiro concurso público?*

Marly Gueiros Leite – O primeiro e único depois de formada! E passei em quinto lugar; a única mulher que se atreveu a se inscrever para a Promotoria Militar. Fui a primeira mulher na Justiça Militar brasileira! Como o edital do concurso não falava se era extensivo à mulher, inscrevi-me para o MPM, mas antes cheguei a consultar a banca para ver se mulher poderia fazer a prova, porque foram omissos no edital; então, fui e entrei “com a cara e a coragem”.

Memória MPM – *Pois é, me conte um pouco mais sobre isso. Quantas mulheres havia na Faculdade quando a senhora estudou?*

Marly Gueiros Leite – Ihhh, poucas! A maioria, com certeza, era de homens. Naquela época, as mulheres não vestiam calças compridas. Tinha

uma colega, a Iara, baiana, que usava calça comprida e era um escândalo. Depois viemos saber que ela tinha levado uma injeção na nádega, que infeccionou e a deixara com sequelas graves, o que a impossibilitava de usar saias. Enfim, nesse ambiente de preconceito, eu abri os caminhos! Os jornais da época interessaram-se pela novidade [lendo o jornal]: “A primeira mulher a ingressar no STM”. O jornal errou, porque eu nunca cheguei ao Superior Tribunal Militar, ingressei na Promotoria da Justiça Militar. Mas tudo bem, isso não tem problema. [Lendo outro jornal] “A primeira promotora militar do Brasil”. Aqui o meu nome apareceu com “i” ao invés de “y”.

Memória MPM – [Lendo] *“Como advogada com apenas dois anos de formada, assistente da cadeira de Direito Penal da Faculdade do Rio de Janeiro”... Nesta reportagem, a data marca dezembro de 1959... Então o concurso foi ainda nesse ano?*

Marly Gueiros Leite – Pode ser, não me recordo ao certo...

Memória MPM – *Creio que sim, pois aqui já fala sobre o seu quinto lugar. [Lendo] “Tirou o quinto lugar para concurso de promotor daquela Casa, a senhorita Marly do Vale Monteiro, descendente de uma longa estirpe de militares, realizando um sonho acalentado desde os primeiros passos da Faculdade. Ela tem dois irmãos na Academia Militar das Agulhas Negras, sendo filha do coronel Sady Magalhães Monteiro e de dona Yeda da Silva Vale Monteiro. O regulamento do concurso pedia quatro anos de exercício da profissão, e a nova promotora tem apenas dois anos, mas compensou a exigência por meio do estágio forense, quando ainda estudante. Este ano também alcançou outra vitória ao concluir o curso de doutorado.”.*

Marly Gueiros Leite – Isso mesmo! Citam aí meu nome de solteira, e meu doutorado foi feito em dois anos, de 1957 a 1959. Mas, de qualquer

HISTÓRIAS DE VIDA

forma, esse é o orgulho da minha vida, ter sido a primeira mulher a entrar no MPM. Hoje há muitas... Até procuradora-geral já teve! Até ministra, no STM! Se eu tivesse ficado lá, em Brasília, quem sabe? Mas sofri muito com a ida a Brasília, para onde segui apenas em 1984, promovida a subprocuradora-geral, que é o fim da carreira, já que o procurador-geral é por indicação e não só por merecimento. Todas as minhas promoções foram por merecimento. Comecei como promotora de terceira categoria, depois segunda, depois primeira...

Memória MPM – *Sempre no Rio?*

Marly Gueiros Leite – Não! [ênfase]. Eu inaugurei uma Auditoria em Fortaleza, a 10ª CJM. Ah, foi um período sofrido, logo após a minha estreia na Justiça Militar. Mandaram-me para Fortaleza, em outubro de 1964, depois da Revolução. O Brasil estava pegando fogo. Lá fui eu, sozinha; não conhecia ninguém. Hospedei-me no hotel Iracema, na Praia de Iracema. Jogadores de futebol hospedavam-se ali também. Chegavam bêbados, de madrugada. Esqueciam a chave dos apartamentos e os arrombavam, ou batiam na minha porta para eu ajudar... Ah, eu ficava desesperada. Bom, deixa para lá, isso já passou... Depois, vim para São Paulo, porque na Justiça Militar é preciso ir para onde te mandam. Em São Paulo, fiquei de 1965 a 1966. Funcionei naqueles processos, dos estivadores de Santos... Era muita responsabilidade.

Memória MPM – *Em relação ao Sindicato dos Estivadores de Santos?*

Marly Gueiros Leite – Isso. E o juiz-auditor era tirano. Fazia as audiências até meia-noite. A Auditoria ficava na Av. Brigadeiro Luís Antônio e eu precisava voltar para a casa da minha prima, onde me hospedava, saindo à meia-noite, sozinha... No piso inferior da Auditoria ficava um depósito de material apreendido dos subversivos: dinamite, granadas, tinha de tudo. Se

jogassem um fósforo aceso, tudo explodiria. Era um prédio velho. Um curto-circuito, uma faísca, poderiam ser fatais.

Memória MPM – *Antes de avançarmos mais na narrativa dessa fase, me conte um pouco mais sobre o concurso. Muito difícil?*

Marly Gueiros Leite – Para mim foi fácil, porque estava com tudo fresco na cabeça. Foi prova escrita e prova oral, com banca examinadora, com aqueles ministros já idosos do Superior Tribunal Militar, gente que eu não conhecia. Alguns colegas passaram na minha frente, mas de qualquer forma, foi um honroso quinto lugar.

Memória MPM – *Mas a senhora acha que eles se classificaram melhor porque eram homens ou porque tiveram um desempenho melhor nas provas?*

Marly Gueiros Leite – Olha, um deles eu conheci, foi um grande colega, o Dr. Milton [Menezes da Costa Filho]. Esse, posso dizer, entrou por mérito. Agora, os outros, não sei. O Milton foi um companheiro até o fim: aposentamo-nos juntos, em 1994.

Por essa época, inscrevi-me na Escola Superior de Guerra, a ESG. Era um sonho antigo. Foi outro “Clube do Bolinha” que furei. Mas a Rachel de Queiroz já tinha desbravado o caminho para as mulheres. Defendi a tese *A revisão constitucional no aperfeiçoamento do Poder Judiciário brasileiro: a Justiça Militar, sua relevância e aspectos específicos*. Era o momento em que se processava a revisão constitucional e se avolumava o discurso que defendia a extinção da Justiça Militar. Puro revanchismo! A Justiça Militar é a mais antiga do Brasil, tendo chegado nestas terras com as naus portuguesas. Poucos assumiam a defesa pública da Justiça Militar naquela conjuntura. Então, achei que

HISTÓRIAS DE VIDA

seria importante fazer esse debate. A minha turma foi batizada de Juscelino Kubitschek...

Memória MPM – *[Risos] A senhora não gostava muito dele?*

Marly Gueiros Leite – Não! Tenho minhas restrições... Pelo amor de Deus! Construir uma cidade no meio do deserto, com tudo levado até lá de avião? Só podia dar no que deu!

Memória MPM – *Em relação à dívida impagável que ele deixou, mais o rompimento com o FMI?*

Marly Gueiros Leite – Sim! Nós ficamos reféns do FMI... Mas tudo bem, já passou.

Memória MPM – *Por que demorou tanto tempo entre o concurso e a posse?*

Marly Gueiros Leite – Porque as nomeações eram efetuadas na medida em que iam surgindo as vagas... Fiquei no aguardo; era a quinta. São essas coisas do destino. Minha designação saiu em janeiro de 1963, quando apresentei todas as credenciais de aptidão para o exercício de função pública. Minha nomeação chegou em julho de 1963. Fiquei funcionando avulsa, atuando em IPMs, até assumir uma substituição, no Rio de Janeiro. Meu diploma de nomeação foi assinado pelo João Goulart. Por ironia, no final de seu governo, nomeou-me promotora. Sem comentários!

Memória MPM – *E como foi esse início de carreira?*

Marly Gueiros Leite – Foi um período difícil para mim. Recém-formada, recém-designada... Não tinha muita prática; apenas a doutrina, a teoria. Não havia lidado com nenhum processo de Direito Penal Militar.

Apreendi na marra, no tal do “se vira!”. Não tive ninguém para me orientar, não. O Eraldo, que seria meu marido, no futuro, conheci quando tomei posse, pois ele era, então, o procurador-geral da Justiça Militar, nomeado pelo general Humberto Castelo Branco. Os dois eram muito amigos. O Eraldo era promotor em Recife e o Castelo Branco apreciava consultá-lo sobre assuntos relacionados aos processos jurídicos. Aí, a relevância da Justiça Militar já era um fato concreto. Mas eu não tinha nada a ver com Eraldo nessa época. Aliás, foi ele quem me mandou para Fortaleza! [risos]. Era meu chefe.

Memória MPM – *[Risos] Então, foi depois que aconteceu a união de vocês?*

Marly Gueiros Leite – Só nos casamos em 1976, depois que ele enviuvou. Isso faz muito tempo...

Memória MPM – *Ele enviuvou em que ano?*

Marly Gueiros Leite – Acho que foi em 1974. Não cheguei a conhecer a esposa. Tinham cinco filhos. Um faleceu num desastre. Comigo, teve uma menina. Depois, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar. Precisou aposentar-se para ser governador de Pernambuco. Casei-me com ele quando já estava viúvo e aposentado.

Memória MPM – *Como foi a ida dele para o governo de Pernambuco?*

Marly Gueiros Leite – Tomou posse no governo em março de 1971. Ele não suportava política! Foi praticamente forçado a ser governador... Foi eleito indiretamente, depois de indicado pela presidência da República e pela Arena. Era quase um tipo de nomeação... Ele não tinha perfil de político, era jurista... A família dele toda é ligada ao Direito. Meu cunhado, Evandro

HISTÓRIAS DE VIDA

Gueiros Leite, foi ministro do STJ. O primo deles, Nehemias Gueiros, um grande jurista, muito reconhecido na OAB e no Tribunal Internacional de Haia. Hélio Gueiros, outro primo, mais distante, governou o Pará.

Memória MPM – *E seu trabalho na Promotoria?*

Marly Gueiros Leite – Acho que me dei bem na Justiça Militar. Os ministros elogiavam-me muito, porque eu tinha algumas opiniões ousadas! Cheguei a provocar a modificação de um acórdão do Supremo Tribunal Federal num caso de crime de dano culposo, previsto no Código Penal Militar. Coitado do réu naqueles tempos, pois todo civil que batesse de carro com uma viatura militar, no trânsito, na via pública, era julgado e, em geral condenado, pela Justiça Militar. Causava um mal-estar terrível! Nos meus pareceres, sempre pedia a absolvição do civil. Mas eles mantinham a sentença condenatória. Porém, “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Furei. Foi uma grande vitória quando o Supremo reconheceu que casos como esse não deveriam ser julgados pela Justiça Militar. Então, mudei o acórdão do Supremo.

Memória MPM – *Isso resultou num dos muitos elogios do MPM ao seu desempenho...*

Marly Gueiros Leite – Sim, há vários. Tenho, inclusive, medalhas das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército. Depois que me aposentei, fui várias vezes a Brasília, para receber medalhas. Modéstia à parte!

Memória MPM – *Sim, segundo os nossos registros: Medalha da Ordem do Mérito Jurídico-Militar, em 1962; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, em 1980; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário-Militar, Alta Distinção, em*

1986; Santos Dumont, por destacados serviços prestados à Aeronáutica brasileira, também em 1986; Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau oficial, em 1986; o Mérito Tamandaré, em 1992; Medalha do Mérito Público Militar, em 2001...

Marly Gueiros Leite – Sim, creio que é isso. E teve minha formatura na ESG em 1993. Também fui procuradora-geral, por alguns meses, substituindo o Dr. Milton. Mas aquele caso do jipe do Exército abalroado por um civil foi uma das maiores conquistas da minha vida.

Memória MPM – *Quais os outros casos em que a senhora funcionou? Tem lembrança de alguns?*

Marly Gueiros Leite – Sim, lembro-me de vários, mas... alguns foram escabrosos. Teve o caso do almirante Cândido [da Costa] Aragão, comandante dos Fuzileiros Navais. A marujada toda o carregava no colo, numa época em que a hierarquia estava desvirtuada, não havia ordem nem disciplina. Os sargentos estavam por cima...

Memória MPM – *Em relação à rebelião dos marinheiros em 1964? Mas a senhora estava em Fortaleza, em 1964, não?*

Marly Gueiros Leite – O processo rolou por muito tempo. Ele foi julgado diretamente no Superior Tribunal Militar, pela sua patente, por ser almirante. Foi acusado de chamar os fuzileiros para trabalharem na reforma de uma residência sua na Ilha do Governador. Teria desviado material da Marinha, como madeira, cimento, entre outras coisas, mandando os subordinados levarem a carga para a tal obra, na qual ainda tinham de trabalhar, como operários de construção. Ele tinha muita simpatia junto aos subordinados, que não se queixavam. Mas isso deu um processo e, é claro, foi absolvido!!!

HISTÓRIAS DE VIDA

Atuei, também, nas cadernetas de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB (partido que era formalmente clandestino), encontradas na devassa que se fez na casa dele, em abril de 1964. Os nomes de todos estavam lá! Acho até que foi uma infantilidade dele: era só abrir e ver, nome por nome, todos seus apaniguados. Reuniões, empresas de fachada, atribuições de cada membro. Foram indiciadas mais de 70 pessoas e condenadas meia centena, em junho de 1966, na Auditoria de São Paulo. O Prestes foi condenado a 14 anos de prisão à revelia. Não me lembro direito de todos os detalhes, foi um processo tão grande... Milhares de páginas e muitos volumes. Aliás, por ser conhecida como anticomunista, todos os processos desse gênero o procurador-geral mandava serem distribuídos para mim. Eu pegava processo de vinte, trinta, até cinquenta volumes, e ficava trabalhando até de madrugada, para dar conta de tudo.

Memória MPM – *Tinha quinze dias para oferecer a denúncia, não?*

Marly Gueiros Leite – Sim, mas me refiro aos pareceres, não às denúncias. A denúncia era nas Auditorias. E nesse período, como procuradora de primeira categoria, só dava parecer.

Memória MPM – *A principal diferença entre as categorias era esta?*

Marly Gueiros Leite – Você funciona como promotor, acompanha todo o processo, e depois oferece a denúncia, faz sua exposição oral no julgamento, para condenação ou absolvição. Eu, muitas vezes, inverti o meu papel de promotora, e assumi quase a função de advogado de defesa, porque era cada caso terrível que recebíamos lá! E promotor, quando pede absolvição, na verdade não fala nesses termos; havia, isso sim, a prática de “pedir justiça”, que é a maneira de o promotor pedir absolvição.

Memória MPM – *Algum exemplo?*

Marly Gueiros Leite – O caso dos Grupos dos Onze, do [Leonel de Moura] Brizola, terrível! Eu ficava ouvindo a *Rádio da Legalidade*, do Brizola, ele incitando as massas a formarem os tais grupos, como se fossem times de futebol. Gente analfabeta, que não sabia nem escrever, uns pobres coitados. A prova contra eles eram listas de papel almaço, com os nomes “assinados” com o dedão. Eu podia condenar essa gente? De jeito nenhum! Nunca condenei um homem que botava o dedão nessas listas do Grupo dos Onze. Por outro lado, houve, também, os casos das subversões lá em São Paulo, como o com os homens da orla marítima. Era cada um... truculentos estes estivadores! Eu me munia de toda a coragem necessária, apontava para eles e relatava os malfeitos. Ainda era muito moça!

Memória MPM – *A senhora sofreu alguma represália?*

Marly Gueiros Leite – Graças a Deus, não! Eu tinha segurança, em especial, um sargento da Polícia Militar, muito leal, já falecido. Esperava-me no Tribunal, pegava meus processos e me levava até meu gabinete. Nunca senti ameaças diretas. Apenas uma vez, numa época em que chefiava a Representação da Procuradoria-Geral no Rio de Janeiro, me senti um pouco assustada, por um maluco que entrou no meu gabinete.

A propósito, essa Representação era uma espécie de filial, mantida depois que a Procuradoria-Geral se mudou para Brasília. Fiquei muitos anos ali. O meu marido, depois que se aposentou, não me deixou aceitar promoção para Brasília. O que que podia fazer? Ficava sempre dizendo, então, que não queria ser promovida e, assim, chefiava a Representação. Ele morreu em 1983. Em 1984, o Dr. Milton ligou-me dizendo: “Marly, você tem que vir para

HISTÓRIAS DE VIDA

Brasília, não pode mais ficar no Rio, vão dizer que você não tem competência para ser promovida, já que tantas vezes recusou.” Então, aceitei. Eu já estava liberada mesmo... Aí fui para Brasília, e justamente no dia em que Tancredo Neves morreu. O senhor [José] Sarney assumiu a presidência, com aquela Nova República. Foi um período desagradável.

Memória MPM – *Por quê?*

Marly Gueiros Leite – Porque o presidente Sarney quis acabar com todas as supostas “mordomias” da Justiça Militar. E, então, estabeleceu uma perseguição implacável. Ele nos tirou o carro da Representação, um Opala velho que eu tinha. Fui ao leilão e arrematei o carro de volta! [risos].

Memória MPM – *Vi na sua declaração este fato e fiquei de perguntar, para a senhora, do porquê de ter arrematado esse carro tão velho num leilão! [risos].*

Marly Gueiros Leite – [Risos] Eu sou carne de pescoço! Fiquei com o carro! Tirei a placa de bronze e botei a placa comum.

O convívio com a Nova República era difícil. Já naquele momento vieram com o propósito da reabertura do inquérito do Riocentro, bem como o do Herzog. O Dr. Milton precisou dar dois ou três pareceres contrários. O presidente Sarney nomeou um senador do Paraná, amicíssimo dele, chamado [Francisco] Leite Chaves, para ser nosso procurador-geral. Ele não tinha relação nenhuma com a Justiça Militar, talvez nem mesmo conhecesse o Código Penal Militar. Seu papel era reabrir esses casos. Fui eu quem acabou dando o parecer final contra a reabertura do Riocentro e o Tribunal mais uma vez arquivou o processo. Antes do Leite Chaves, o presidente Sarney já tinha nomeado o Dr. George Tavares para a Procuradoria-Geral da Justiça

Militar, logo ele, que tinha sido um dos mais atuantes advogados de defesa dos comunistas e dos subversivos! Uma incongruência, um paradoxo: um advogado de defesa de comunistas ser nomeado dessa forma! O Dr. George Tavares era muito simpático. Mas nem mesmo às sessões no STM ele ia. Quem fazia as sessões no terceiro andar, era eu, pegando a beca emprestada do meu colega, Dr. Milton, já que nem tinha ainda a minha. O Dr. George Tavares só aparecia em Brasília nas quintas-feiras. Como poderia ser diferente? Tinha um grande escritório no Rio de Janeiro. As tentativas de reabrir o Riocentro eram puro revanchismo. O terceiro procurador-geral do governo Sarney foi Eduardo [Victor] Pires Gonçalves, irmão do general Leônidas Pires Gonçalves. Era um gaúcho fazendeiro, rico, célebre colecionador de armas e gostava de andar armado. Não era concursado, tendo entrado na Procuradoria por indicação e passara toda a sua carreira cedido como assessor em outros órgãos ou gabinetes. A época Sarney foi terrível! Um dos casos mais famosos em que funcionei foi o do capitão Luiz Fernando Walther de Almeida, o processo de Apucarana.

Memória MPM – *Ah, o caso de rebelião. Como foi?*

Marly Gueiros Leite – Bem, ele era capitão do 30º Batalhão de Infantaria Motorizado em Apucarana e, em [22 de outubro de] 1987, cercou e invadiu o prédio da Prefeitura com seus comandados, em protesto contra os baixos salários percebidos e a deficiência do atendimento de saúde aos militares. Entregou ao assessor do prefeito uma carta de protesto. Foi algo inaceitável.

Memória MPM – *Mas ele foi ovacionado pela tropa, não? Era uma espécie de liderança...*

Marly Gueiros Leite – Sim, é claro! Todos estavam querendo aumento mesmo. Mas ainda assim, essa era e é uma forma de protesto

HISTÓRIAS DE VIDA

inadmissível para um militar. Graças a Deus que não houve nenhum ferido, tampouco maiores consequências políticas.

Memória MPM – *Ele foi condenado por essa infração?*

Marly Gueiros Leite – Foi a julgamento em Curitiba, na 5ª Circunscrição Judiciária Militar, tendo sido condenado a três anos de prisão. Houve apelação e o Superior Tribunal Militar diminuiu a pena [para oito meses]. Depois, passou para a reserva como tenente-coronel.

Memória MPM – *A senhora chegou a pedir condenação?*

Marly Gueiros Leite – Pedi, claro!

Memória MPM – *Nessas manifestações de ontem, no Rio de Janeiro, há quem tenha pedido a volta dos militares...*

Marly Gueiros Leite – Eu não participei dessas manifestações de rua. Acho que não vão dar em nada. Não parece uma repetição da “Marcha com Deus pela Pátria e pela Família”, de 1964. Não foram os militares que fizeram a Revolução, não! Foi a pedido da sociedade! Isso é algo que a Comissão da Verdade precisa contemplar nos seus relatórios, para não relatar uma versão facciosa.

Memória MPM – *A senhora foi à Marcha de 1964?*

Marly Gueiros Leite – Eu não! Mas quando jovem fui à passeata do Jânio [da Silva] Quadros. A vassoura daquele louco!... Como esses políticos enganam a gente, não é? O [Fernando Affonso] Collor [de Mello], meu Deus do céu! Ainda me dá calafrios a memória da ministra Zélia [Cardoso de Mello] anunciando, pela televisão, o sequestro dos ativos financeiros em 15 de março

de 1990. Meu pai já estava muito doente, na reserva. Eu tive que juntar notas fiscais de farmácia, dos remédios dele, laudos de médicos e um calhamaço de papéis, tudo isso para provar que ele precisava realmente movimentar seu próprio dinheiro da poupança. Foi terrível, uma época que não gosto nem de me lembrar!

Memória MPM – *E como a senhora conheceu o seu marido?*

Marly Gueiros Leite – Como procurador-geral. Fui subordinada dele por muitos anos. Mas quando o conheci, era casado. Não tinha nada a ver com ele no período, pelo contrário, eu tinha muito respeito por ele. Depois, não sei dizer ao certo, talvez por afinidade de pensamento, começamos a nos aproximar. Aí, ele começou a me distribuir processos, como o do Vladimir Palmeira, que liderou em 1968 a Passeata dos Cem Mil, o do José Dirceu... Eram tantos processos!...

Memória MPM – *O José Dirceu passou por suas mãos?*

Marly Gueiros Leite – Sim, nos processos da UNE. Aquele congresso em Ibiúna, em São Paulo, tudo isso passou pelas minhas mãos. Tenho que ver nos meus registros, porque de memória não me lembro dos detalhes. Havia situações difíceis, escabrosas, que precisava descrever, o que não era assim tão fácil. Eu era a única mulher funcionando junto ao Tribunal. Recordo-me daquela mesa ovalada: os ministros todos sentados e eu, firme na minha tribuna de procuradora, relatando estupros, casos de pederastia (na Marinha havia maior incidência de pederastia). Como falar aquelas palavras? Mas eu tinha que falar, descrever os atos criminosos. Na hora, me dava uma coragem e me enchia de tranquilidade. Todos me respeitavam.

HISTÓRIAS DE VIDA

Memória MPM – *Os casos de estupro aos que a senhora se refere são de militares contra civis?*

Marly Gueiros Leite – Não. Dentro da caserna mesmo, militar contra militar.

Memória MPM – *Mas aí já eram casos de pederastia?*

Marly Gueiros Leite – Sim. Outra coisa que acontecia com frequência era acidentes com armas. Brincadeiras em alojamentos acabavam com feridos ou mortos.

Memória MPM – *A senhora acha que a Justiça Militar, nesse período dos anos de 1960 e 1970, cumpriu o seu papel? Como repercutiam as denúncias de excessos e maus-tratos aos presos?*

Marly Gueiros Leite – Cumpriu, com certeza! Estávamos em uma guerra civil, que, aliás, não fora provocada pelos militares. Dois lados antagônicos enfrentavam-se. Houve excessos de ambos os lados. Mortes aconteceram, combatentes tombaram. Hoje se esqueceram dos mortos de um dos lados. Mas basta olhar os jornais da época. Havia toneladas de assaltos a banco. Caracterizavam-nos como expropriações, para financiar a luta armada. Não existiam caixas automáticos, como hoje. As agências eram invadidas e se houvesse um vigia, mulher ou criança, no caminho, na linha de tiro, pouco importava, executavam-nos. Ninguém mais se lembra disso hoje em dia. Dizem que fulana e fulano foram presos arbitrariamente, torturados. Mas, e as vítimas que eles executaram, às vezes friamente, e que estão esquecidas? Não estavam lutando pela democracia, mas para a instalação de um regime ditatorial comunista. Como o Serviço de Inteligência iria antecipar suas

ações? Era para ficar sentado esperando que o pior acontecesse? O [Carlos] Marighella dava instruções de guerrilha num livro, uma coisa revoltante. Anistia em grego quer dizer apagar. Então, a Anistia Penal apaga o crime, de ambos os lados. Agora se pretende uma anistia unilateral, um cancelamento retroativo da anistia para um dos lados, isso depois desse mesmo lado receber indenizações polpudas pagas pelo Estado, para supostamente compensar os males causados. E os soldados que morreram? Os vigias? As pessoas que foram sequestradas? Peguei um processo em Pernambuco de um tenente da Aeronáutica que estava com a companheira dentro de um *Fusca*, na praia de Boa Viagem, namorando, como faziam os jovens então, quando um grupo armado com metralhadoras passou, viu e, gratuitamente, estuprou a moça e disparou no rapaz. Esse tenente ficou tetraplégico. Era bonito, saudável e foi reduzido a um fio de ossos até morrer. Foi um crime covarde. Naquele tempo, tinha pena de morte. Eu pedi, para esse caso. Acho que fui a única pessoa na Justiça Militar que teve coragem de pedir pena de morte. Os ministros transformaram a pena de morte em pena de 30 anos. Já viu alguém aqui no Brasil cumprir pena de 30 anos? Não. Então, acabava-se nisso.

Se a Justiça Militar cumpriu seu papel? Posso dizer que cumpriu. Se melhorou ou se piorou, isso é outra história. O dever foi cumprido e a pedido da sociedade. Do jeito que o país estava, ninguém aguentava mais.

Memória MPM – *O Dr. Eraldo se notabilizou, na época em que foi procurador-geral, por pedir o arquivamento de um processo muito rumoroso, do Negrão de Lima, acusado de atividades comunistas, junto com várias outras pessoas...*

Marly Gueiros Leite – Não me lembro disso, não.

HISTÓRIAS DE VIDA

Memória MPM – *Isso foi em 1965, logo depois do AI-2.*

Marly Gueiros Leite – Eu estava em Fortaleza, não sabia de nada, não, e nem queria saber. Afinal, estava lá sozinha, sem conhecer ninguém, naquele hotel horroroso, com aqueles problemas desagradáveis de que falei. E todo dia, às sete horas da noite, acabava a luz na cidade. Eu fazia tocha de jornal para ir para meu quarto, apavorada, com aqueles bêbados em volta. Foi horrível. A única coisa importante lá foi a inauguração da Auditoria, onde deixei meu nome perpetuado.

Memória MPM – *A senhora a inaugurou, não é verdade?*

Marly Gueiros Leite – Sim, fui a primeira promotora; inaugurei.

Memória MPM – *A senhora sentiu alguma resistência dos juízes-auditores, dos membros do Conselho, do Tribunal ou dos colegas da Promotoria, pelo fato de ser mulher?*

Marly Gueiros Leite – Nunca. Pelo contrário, fui sempre muito prestigiada. Diversos acórdãos me elogiaram.

Memória MPM – *Como era esse cargo que a senhora ocupou durante vários anos, de representação da Procuradoria-Geral de Justiça Militar?*

Marly Gueiros Leite – Ainda existe. Tem muito colega aposentado no Rio de Janeiro. Então, por exemplo, o recadastramento, é feito aqui. Mas funciona mais para aposentados mesmo. E também para as Auditorias que funcionam no Rio, tanto do corpo administrativo quanto dos próprios procuradores. Fui chefe da Representação até porque era a única possibilidade de um cargo para mim no Rio, de onde eu não

podia sair, em função do casamento. Eraldo não aceitava minha ida para Brasília. Depois, precisei ir. Colocaram-me na Asa Sul, perto do aeroporto. Horrível! Agora, até está bem melhor, mas naquela época, eu me sentia muito mal; me sentia verdadeiramente num deserto. O meu temperamento requer esse tumulto todo de Copacabana, onde moro. Aos finais de semana, Brasília era um túmulo. Por sorte, as passagens aéreas não eram tão caras, então, na sexta-feira eu embarcava num avião para o Rio. Na segunda-feira de manhã, cedinho, voltava para Brasília. Não dava para ficar no final de semana lá. Não aguentava mais ir a clubes. Sinceramente, não achava aquelas piscinas convidativas.

Memória MPM – *E a senhora tem acompanhado a Justiça Militar, o Tribunal e o MPM, hoje, depois de aposentada?*

Marly Gueiros Leite – Estou parcialmente afastada. Está tudo mudado. Para mim, não é mais aquele Tribunal que vivi, que senti.

Memória MPM – *Mas por que isso?*

Marly Gueiros Leite – Não sei explicar exatamente. Não há mais aquele laço que nos unia. Não conheço sequer o presidente do Tribunal. No meu tempo, era como se fôssemos uma família. Não sei se eu via isso assim porque todos os ministros militares e o pessoal do MPM se conheciam; era uma afinidade muito grande. Agora, não sei mais. Eu tinha grande apreço pelo almirante [Raphael de Azevedo] Branco, pelo general Sérgio [de Ary] Pires. Eram meus amigos. Prestigiavam-me muito durante as sessões. E agora, não conheço mais ninguém. Muitos já morreram... É outro Tribunal. E tem que ser assim mesmo, as coisas mudam, evoluem...

HISTÓRIAS DE VIDA

Memória MPM – *Havia uma maneira de se vestir, de se apresentar como promotora? Porque a senhora era uma moça jovem... Já se podia usar calças, por exemplo?*

Marly Gueiros Leite – Havia uma maneira de se apresentar. O uso de calças compridas acabou sendo incorporado pelas mulheres, com o tempo. Nos anos 1980, isso já estava estabelecido. Eu particularmente estava sempre de saia e *blazer*. E tinha que botar a beca para fazer as sessões. Usava somente salto alto.

Memória MPM – *Qual o balanço que a senhora faz da sua profissão?*

Marly Gueiros Leite – Eu adorei e adoro a minha profissão! Não me arrependo de nada! Durmo com a cabeça tranquila no travesseiro. Nunca promovi uma injustiça contra ninguém. Mesmo durante o período da “ditadura”, como dizem, houve casos em que pedi absolvição, porque a Justiça vinha em primeiro lugar. Agora, evidentemente, se existissem provas que incriminavam, pedia condenação, sim.

Memória MPM – *E a bateria? A senhora toca bateria, não é?*

Marly Gueiros Leite – Onde o senhor ouviu isso? [risos]. Não, eu batuco, batuco em qualquer lugar. Mas bateria nunca toquei, não... Estão querendo me difamar...[risos].

Memória MPM – *Mas a senhora sabe que a sua bateria é famosa, não é? Em Brasília, a senhora não tocava bateria em casa?*

Marly Gueiros Leite – Somente para um público interno, mas externo nunca... Na Escola Superior de Guerra, nos nossos passeios, nas

nossas viagens, gostava muito era de jogar sinuca, na fazenda do “rei da soja”, Olacyr [de Moraes]. Que fazenda maravilhosa ele tinha, e com uma mesa de sinuca memorável! Inclusive em Teresópolis, em minha outra casa, eu tinha uma mesa de sinuca, mas a inundação acabou com tudo.

Memória MPM – *A senhora foi atingida por aquela inundação?*

Marly Gueiros Leite – Sim, perdi carro, sofá, sala de jantar, tudo. Entrou mais de um metro e meio de água na casa. Mas já está tudo reconstruído. Quantas inundações houver, eu reconstruo. Aquilo foi atípico, nunca mais aconteceu, nem acontecerá, se Deus quiser!!!

Memória MPM – *Então está bem. A senhora gostaria de acrescentar mais alguma coisa, de deixar algo mais registrado?*

Marly Gueiros Leite – Não, creio que não. A minha vida foi esta, está toda contada aqui e não me arrependo de nada. Tenho muito orgulho de ter pertencido à Justiça Militar do Brasil, porque foram anos e anos em que me doei de corpo e alma. Foi gratificante para mim. Acho que, de alguma maneira, eu contribuí fazendo justiça, aplicando justiça. Espero que ela nunca seja extinta, porque faz parte da história do Brasil, foi a primeira Justiça do Brasil, e tem uma característica que nenhuma outra tem: na Justiça Militar, não há pagamento de nada, tudo é de graça. Na Justiça Comum, é tudo pago. Enfim, na Justiça Militar só se pratica justiça. E agradeço a você, pela presença, pelo carinho e pela atenção.

Memória MPM – *Muito obrigado!*